



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 162

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2988

TAQUIGRAFIA

32ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A PREVENÇÃO AO SUICÍDIO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Em 18 de Setembro de 2017

Presidência do Sr.
AIRTON GURGACZ - Deputado

(Às 09 horas e 34 minutos é aberta a Sessão)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhores e Senhores bom dia, sejam todos muito bem-vindos ao Poder Legislativo do Estado de Rondônia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado estadual Airton Gurgacz, objetivando discutir sobre a prevenção ao suicídio no Estado de Rondônia.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Airton Gurgacz, proponente desta Audiência Pública. A Exma. Sra. Vereadora Joelna Holder, Câmara Municipal de Porto Velho. Exma. Dra. Emília Oiye, Promotora de Justiça da área da Saúde do Ministério Público do Estado de Rondônia. Dr. Deusdedi Rodrigues Alves, Psicólogo, representando o Conselho de Psicologia do Estado de Rondônia. Tenente PM Alessandra Machado, Psicóloga, representando o Comando da Polícia Militar do Estado de Rondônia. Sr. Daniel Amaral Lima, Coordenador do CAPS. Sra. Janilda Vieira, Coordenadora da Vigilância em Saúde – AGEVISA.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta essa Audiência Pública objetivando discutir sobre a prevenção ao suicídio no Estado de Rondônia.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Lembramos a todos que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela internet, através do endereço ale.ro.leg.br. Convidamos a todos os presentes para ouvirmos juntos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim Araújo Lima e música de José de Melo e Silva).

(Execução do hino Céus de Rondônia)

Podemos sentar. Sr. Presidente nós convidamos também para compor a Mesa, Cleyane Alves, Conselheira de Diretos Humanos no Estado. Também aproveitamos para agradecer a presença da Senhora Lucimar Cabrini, Enfermeira da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; agradecemos a presença dos acadêmicos do curso de Serviço Social da Universidade Paulista - UNIP; agradecemos a presença do Sr. Wagner da Silva, Professor da UNIR e representante da Federação Espírita de Rondônia – FERRO; das senhoras Mayara Tavares e Viviane Chau, representando o gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Porto Velho; Pastor George Pinheiro, da Igreja Metodista Wesleyana; Sr. Romulo de Oliveira Costa, voluntário do Núcleo de Apoio à Vida - NAVI PORTO; Sra. Claudiane Linhares, psicóloga e representante do CAPS Municipal - AD; Sra. Cintia Zuriam, psicóloga da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e voluntária do Núcleo de Apoio à Vida – NAVI PORTO. E aproveitamos a oportunidade senhor Presidente para convidar a todos os presentes para assistirmos juntos um vídeo que nos apresenta como iniciou o Setembro Amarelo, um evento mundial.

(Apresentação de vídeo)

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Bom dia a todas as pessoas que estão aqui presentes, quero agradecer a senhora vereadora Joelna Holder, da Câmara Municipal de Porto Velho; a senhora Dra. Emília Oiye, Promotora da Justiça da área de Saúde do Ministério Público; Dr. Deusdedi Rodrigues

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

Alves, psicólogo, representando o Conselho de Psicologia do Estado de Rondônia; Tenente PM Alessandra Machado, psicóloga representando o Comando da Polícia Militar do Estado de Rondônia; o Sr. Daniel Amaral Lima, Coordenador do CAPS; Sra. Janilda Vieira, Coordenadora da Vigilância Sanitária em Saúde – AGEVISA; e a senhora Cleyane Alves, Conselheira Estadual de Direitos Humanos. E agradecer aí as alunas da UNIR, aos Pastores, todas as autoridades que aqui estão presentes, lamentamos profundamente que o pessoal da Saúde, o Secretário da Saúde ou o seu representante não estivesse aqui também, também da SEDUC, da SEAS. Por que assim nós aqui na Assembleia Legislativa fizemos uma lei da semana do suicídio onde o Governo do Estado terá que elaborar cartazes e fazer um grande trabalho de mídia junto as Escolas, junto as Prefeituras, as Secretarias, fazer um trabalho muito voltado a isso para a gente fazer esse trabalho de diminuir a quantidade de pessoas que se suicidam no nosso Estado de Rondônia, e nas nossas cidades, e também claro o país inteiro passa por isso, a estatística da ONU, hoje, diz que 804 mil pessoas no mundo se suicidam por ano, então são praticamente a cada 40 segundos uma pessoa se suicida. Então a lei que a gente fez trabalhamos isso, eu com os meus 61 anos de vida vi e acompanhei muitos suicídios de amigos, de pessoas próximas da gente, porque sempre se comenta que quando há um suicídio no mínimo 30, 40 pessoas são atingidas ao seu redor diretamente, então é muito triste procurar querer abreviar a vida e isso nós temos buscado trabalhar. Também fizemos uma lei de combate, políticas públicas de combate ao suicídio no Estado de Rondônia, sabemos no entanto que até a semana passada a Secretaria Estadual de Saúde está trabalhando neste projeto, nesse processo, vai ter que trabalhar com a SEMAS, vai ter que trabalhar com a SEAS, vai ter que trabalhar com as prefeituras e vai ter que trabalhar com toda a sociedade, eles estão fazendo esse trabalho porque até então nós temos que reconhecer que o Estado não tem ainda recursos financeiros para fazer esse trabalho porque essa lei foi aprovada há pouco e tem que fazer um trabalho, construir isso para no próximo ano o Governo do Estado através das secretarias, através de políticas públicas do Estado fazer um forte trabalho com isso, por isso tem que se programar o financeiro, colocar no orçamento deste ano para que nós aqui da Assembleia Legislativa que nós vamos ter que aprovar esses recursos para que o Governo possa trabalhar, então nós também não estamos aqui querendo cobrar já de imediato uma ação do Governo do Estado, sabemos que vai depender de recursos financeiros para que se atinja uma campanha publicitária, com a imprensa, cartazes, então é uma questão assim que a gente sabe que ano que vem com certeza as coisas deverão acontecer e se não acontecer nós iremos junto com a sociedade organizada cobrar do Governo do Estado essas ações, então lamentamos profundamente porque foram convidados há mais de um mês, sabemos que eles tem que construir e daqui a gente sabe que tem pessoas maravilhosas que irão nos ajudar também até porque ninguém aqui é dono da verdade, mas cada um vai dar a sua contribuição para que até possa ser construído com mais eficiência, uma coisa muito bem feita esse novo projeto aí para o Governo do Estado, mas vocês sabem como é que funcionam as coisas, a gente se entristece, mas vamos para a frente, vamos valorizar as pessoas que nos colheram, que vieram aqui e essas pessoas nós temos que valorizar. Então eu agradeço a presença de todos que aqui estão, sabemos a Professora Vilma como toda a sua equipe na UNIR, fez uma semana, dois dias também de palestras lá Prevenção da Morte Autoprovocada, parabéns professora a sua equipe maravilhosa, eu pude parti-

cipar lá meio dia com vocês e claro foram dois dias de debate muito bacana e muito salutar tudo isso.

Eu passo a palavra aqui para a Vereadora Joelna Holder que também já fez uma lei municipal este ano agora aqui no município de Porto Velho sobre suicídio, então fica com a palavra a vereadora, fique à vontade vereadora.

A SRA. JOELNA HOLDER – Obrigada deputado. Nós queremos aqui cumprimentar a todos, cumprimentando inicialmente aqui a Mesa na pessoa do Deputado Airton Gurgacz que aí representa todas as demais figuras notáveis que teremos o prazer de ouvir aqui nesta manhã profundamente conhecedoras da temática e nós aqui como legisladores estamos tão somente para também dar a nossa contribuição. A questão do suicídio ou do mês de Setembro Amarelo que incita esse debate hoje em contato maior com tudo isso, aliás, antes de fazer as minhas considerações quero cumprimentar todos os alunos que estão nos honrando com as suas presenças, todos os demais que aqui estão, pessoal ali do gabinete do Maurício Carvalho que está com a gente nessa campanha do Escolha a Vida, e essa temática do suicídio chegou até nós pela sua relevância, o município de Porto Velho apesar de nós termos dificuldade de elencar os casos e as questões estatísticas por muitas vezes incorrer em segredo de justiça e a divulgação na imprensa ela também é de forma muito ética e até mesmo quando você tenta inquirir a família a respeito da questão a família mesmo se nega, tenta dar alguns tipos de despistes que não foi bem isso que aconteceu, é uma temática bem complexa de ser abordada, mas contudo, no entanto, necessária. Eu me assustei muito, a gente começou aqui com o hino de Rondônia e o hino de Rondônia é maravilhoso que ele fala de vida, vida, vida o tempo todo em todos os seus sentidos, é um dos hinos mais lindos que nós temos na Federação, e é isso que a gente veio fazer aqui, a gente veio viver, veio construir, vimos cidadãos estarem construindo aí a sua história e quando nós temos esse ciclo rompido pelo próprio ente, pelo próprio protagonista ali da história é muito assustador. Nós tivemos a propositura da PL que fala sobre a Lei que institui no município de Porto Velho 'Setembro Amarelo' como mês de prevenção ao combate ao suicídio e suas possíveis causas. É interessante aqui porque a gente abre para trabalhar as questões que levam o ente ao ato final. Porque, aí, qual foi a nossa ideia de falar aqui qual foi a nossa ideia de falar no início ao fazer a propositura? Era que se a sociedade fosse despertada, acordada para falar sobre o assunto. Na verdade, deputado, não foi aqui já de início parti da propositura de políticas públicas, não. Isso a gente sabe que tem gente aqui muito mais competente que pode discutir, a gente precisa entrar no cenário de discussão para poder, aí, fazer a construção e aí fundamentar através de uma emenda na Lei. Mas a propositura inicial era que no município de Porto Velho se instituisse Setembro o mês de prevenção e combate e que forçasse o município a de alguma forma trabalhar as campanhas. Aí, eu acompanhei a sua fala, que a gente depende do orçamento. Mas o município tem o orçamento, já é previsto no orçamento as campanhas educativas. A partir do momento que é Lei, então já faz parte também da responsabilidade do município que, aliás, já é lei desde 25 de julho deste ano. Então se é Lei, se existe uma previsão orçamentária para as campanhas, então tem que executar. Agora a gente esbarrou neste curto período de tempo que nós estamos no mês de setembro e a lei foi sancionada em julho. Aí, sim, as secretarias precisam fazer a sua programação. Foi onde nós, eu e o Vereador Maurício Carvalho, que é o proponente da semana de valorização a vida,

decidimos para que no ano inicial da lei ela não ficasse sem nenhum tipo e abordagem, nós decidimos levantar a bandeira e sair com a campanha: 'Escolha a vida', que é a campanha que nós estamos trabalhando em rede social, nos órgãos públicos através de concretização nas escolas. Aí o negócio começou a criar volume, porque ao passo que você ouve, começa a levar para as escolas a problemática você começa a descobrir que existem coisas acontecendo de forma não pontual, de forma sistemática e rotineira, e nós não estamos nos apercebendo. É lógico que eu não tenho aí os dados em mãos tão profundo, com tanta profundidade como vocês tem, como os CAPS tem quando tratam do assunto. Mas o que a gente tem notado, deputado, ao entrar nas escolas é que as crianças estão completamente vulneráveis. Quando eu falo criança a linguagem que eu uso como educadora, eu sou educadora da rede pública, municipal, estadual, e aí quando eu uso crianças é esta faixa etária dos 12, 10 até os 17. Dos 10 até os 17, que eu considero. E aí quando a gente verifica que as crianças estão vulneráveis. Estes dias nós tivemos um caso em uma das escolas da Zona Leste. Mas existem crianças nas escolas aqui do centro, nas escolas da Zona Sul, e assim toda a rede, brincando com aquele joguinho lá da baleia azul, ainda. Crianças que eu tive a oportunidade de ter, eu lecionei até o início de 2016, quando a gente precisou sair no período de eleição, mas as crianças se mutilavam. Eles vão com a manga mais comprida para esconder a mutilação. E você sabe, aí onde a gente propõe trabalhar as possíveis causas que você sabe o que leva muitas vezes é ele chegar ao final, conseguir o intento é que ele está em sofrimento, e ele não conseguiu como disse o caso ali do rapaz do vídeo, ele não conseguiu pedir ajuda, ele não conseguiu falar. Então este projeto, o Projeto de Lei 2415 que hoje é Lei, aliás, a Lei 2415 de 25 de julho de 2017 ela obriga o município, ou melhor, ela indica ao município que ele deva, sim, trabalhar isso. Como ficou muito em cima para haver uma organização ainda nas secretarias. Orçamento tem. Mas para que eles se organizassem nas suas ações, nós estamos indo para dentro das secretarias, a gente pediu apoio aí do Prefeito Hildon Chaves, que também dentro do que ele pôde fazer fez a sua parte, mas isso é uma obrigação do município, está acontecendo dentro do município. Nós temos aí os índices crescendo dentro do município. E eu, Joelma, como cidadã, eu estou falando isso não é de ouvir dados é de estar dentro, porque nós como representantes do povo estamos lá no meio da comunidade, a gente não está lá dentro de uma sala com ar-condicionado, vendo, analisando como é que estão os índices. Não. Eu estou dentro da escola, estou indo dentro da escola. Eu estou dentro de uma comunidade evangélica que é a Assembleia de Deus, que ontem eu palestrei para a liderança da Assembleia que nós temos aí em torno de 300 congregações na cidade, igrejas, igrejazinhas que tem 50 ou 100 pessoas, 300 líderes dentro de um mesmo auditório e que quando terminou a palestra eu tive a procura de quatro casos que estão acontecendo dentro do universo que não deveria acontecer. Estive ontem à tarde com um grupo de jovens lá da nossa igreja, representantes de todas as meninas, as nossas meninas que a gente chama de Rebecas da Cidade e quando a gente fez um momento, era um momento de celebração cristã, quando a gente chamou à frente àqueles que já tiveram por ventura algum desejo de pôr fim a sua própria vida, veio quase todo o auditório. Então a gente está falando de um problema sim, que existe e eu não, estou falando de números, estou falando do que estou vivendo. Quando a gente foi ali no velório do menino da zona leste, na sexta-feira passada, eu cheguei lá e tinha mães que se aproximaram de nós e fala-

ram: "professora não está acontecendo só aqui não, a turminha dele está brincando, a turminha do Duque de Caxias está brincando, a turminha lá do João Bento está brincando e todos eles já foram para serviços de orientação, estão completamente vulneráveis", e aí você se vê enquanto legislador, porque vocês são alunos de psicologia e de serviço social, tem o pessoal da São Lucas, a gente esteve conversando com pessoal da São Lucas de enfermagem ali também, são serviços especializados. Nós temos aqui autoridades do Ministério Público, da Polícia Militar, dos Caps, da Angevisa, dos Direitos Humanos, é isso! Todos nós precisamos falar sobre o assunto, a Câmara Municipal de Porto Velho, porque é um assunto que pode estar muito próximo da gente, muito próximo de você e talvez você só vá se aperceber da importância dele quando infelizmente acontecer um fato. A gente não olha mais para os nossos filhos, a gente não vê mais as necessidades dos nossos pais, a gente deixou de se relacionar e de se importar com o outro e, é isso que eu acredito que o Setembro Amarelo, através desta campanha que a gente está defendendo que é a Campanha 'Escolha a Vida', está pedindo e clamando para a população: vamos falar sobre nós, vamos pedir ajuda, vamos nos relacionar. Eu agradeço senhor Deputado, a nossa participação. Muito obrigada.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) - Obrigado Vereadora, parabéns também por ter feito esta Lei, e, é assim que nós vamos crescer e somar.

Eu passo a palavra para a Dra. Emília, Promotora de Justiça da Área da Saúde do Ministério Público. Cinco minutos doutora.

A SRA. EMÍLIA OIYE - Bom dia, eu não vou me estender, sei que o prazo é curto. Deputado Ailton, o Ministério Público agradece inicialmente o convite, em nome do senhor peço licença para cumprimentar a Mesa, todos os presentes, os alunos e os profissionais da área.

Esse tema 'suicídio', quando eu recebi o convite me chamou a atenção, porque na área da saúde a gente atende, às vezes, fatos pontuais, mas não só o fato concreto da pessoa querer privar sua vida, mas a gente vê todo o envolvimento social e de profissionais da área da saúde que nos preocupa. Então, no debate quando se fala "dever do Estado"; fazer campanha nas escolas; fazer marketing; acho que a gente também precisa pedir as famílias para se voltarem um pouco para seus filhos, para os seus membros, porque eu sempre, quando leio algum fato ligado a esse tema, sempre vem à discussão: como são os jovens que nós estamos formando, nossos filhos eles são tão, hoje, assediados por informações, e parece que eles não conseguem enfrentar muito a questão da perda. Eu não sei se pelo fato do acesso tecnológico muito fácil ou se esse consumismo desenfreado que nós temos hoje em dia que, às vezes até um tênis pode provocar um adolescente a praticar um roubo, um celular. Então nós queremos uma coisa que nós não conseguimos isso nos leva a depressão; ao filho na escola que não consegue levar uma bronca do professor, e o pai vai lá e intervém nessa situação toda. Então, assim, nós temos que também chamar para essa conversa as famílias, os pais; preocupa muito saber que jovens que nós estamos criando?! Um jovem fraco que não consegue trabalhar com suas perdas. É claro que nós temos as questões mentais de saúde e depressão, mas no dia a dia, nós precisamos ensinar os nossos jovens a serem mais fortes nas questões de enfrentamento do dia a dia, porque não está fácil. O tema hoje, você pega guerras nucleares, corrupção desenfreada e

eles devem pensar o que é que nós temos para o futuro? Nós não temos meio ambiente, nós não temos mais amor, nós não sabemos mais falar sobre sexo, gênero, está uma confusão danada! Então, nós precisamos conversar mais esse é um tema que nós também temos que trazer, não só obrigação do Poder Público, mas obrigação das famílias em trabalhar esse assunto. E também me chama muito atenção a questão dos Psicólogos e Psiquiatras em questão aos medicamentos. Eu tenho lido, muitas vezes eu dou parecer em questão a prescrição e dispensação de medicamentos pelo SUS e eu tenho lido muitas recomendações, especialmente, uma atual do Ministério da Saúde que diz, pede aos Psiquiatras e Psicólogos: “analisem bem a prescrição de medicamentos para as crianças adolescentes, pois nós estamos criando uma tribo de zumbis”. Nós temos que trabalhar melhor o diagnóstico do déficit de atenção, nós temos que trabalhar melhor a questão de qualquer atividade que você não conceitue como normal, prescrever medicamentos para essas pessoas. E eu gostaria de aproveitar essa oportunidade e fazer um alerta aos estudantes. Se vocês querem passar em concurso ou se vocês querem ser um bom profissional, não precisa de medicamentos, para ter foco vocês precisam ter disciplina e não recorrer a esses medicamentos que nós estamos ouvindo falar que vocês podem ficar mais tempo acordados ou mais tempo antenados para conseguir um bom emprego ou se dar melhor na prova. Nós temos que entender que o nosso corpo, a nossa mente ela tem limites. E que nós precisamos mesmo é focar nas nossas prioridades o que nós queremos. Eu acho que esse tema Deputado é muito importante para a gente discutir isso o que nos leva ao ponto final. E isso tudo a gente pode evitar discutindo essas questões das famílias, das prescrições médicas e das nossas prioridades. Obrigada.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Queremos agradecer as palavras da Dra. Emília, que é do Ministério da Saúde Pública e que vem aqui nos fortalecer e também nos dar forças. Muito obrigado Dra. Emília.

Agora convidamos o Dr. Deusdedi Rodrigues Alves, Psicólogo, representado o Conselho de Psicologia do Estado de Rondônia, para falar 05 minutos.

O SR. DEUSDEDI RODRIGUES ALVES – Exm^o. Sr. Deputado Airton Gurgacz, proponente desta Audiência Pública, e em nome da Exm^a. Sra. Vereadora Joelma Holder, gostaria de cumprimentar todos os componentes da Mesa.

Inicialmente fazer um agradecimento em nome do Conselho Regional de Psicologia, pelo convite, ficamos muitos felizes em ser lembrado a este evento. Inicialmente eu gostaria de fazer algumas ponderações, especialmente, naquilo que a Dra. Emília falou muito interessante que ela usou alguns termos e eu gostaria também de dar a minha contribuição. Eu trouxe aqui como aspectos importantes às pessoas a cometerem o suicídio, alguns aspectos nos levam a crer também a capacidade de resiliência que a Dra. Emília falou, a capacidade que as pessoas têm de suportar essa pressão, seja da escola, seja da sociedade, seja dos pais, seja do esposo, seja da esposa, seja do seu trabalho. Então, essa capacidade de resiliência muitas vezes leva às pessoas acometerem a tirarem suas vidas.

Também a questão social, a Dra. Emília falou, nessa questão também, nós estamos um pouco perdidos nesse meio, todos os lados colocam suas posições com suas verdades e as pessoas se sentem perdidas nesse meio tentando se encontrar, tentando buscar uma posição e às vezes elas terminam

não encontrando a forma correta de se postar nessa sociedade. E diante de tantas ideologias as pessoas terminam, às vezes, tirando a sua própria vida.

Também tem o aspecto dos seus relacionamentos seja eles conjugais, familiares e amizades, isso também é um fator que a gente percebe que contribui muito para essa prática do suicídio. E os próprios conflitos, nós vivemos numa sociedade hoje extremamente conflituosa onde todos procuram defender a sua bandeira e as pessoas, às vezes, não tem, não sabem como se portar nesse conflito ideológico, sexual, partidário e aí as pessoas ficam um pouco perdida e é isso que a professora falou aqui também, as pessoas, as crianças, essa ausência, às vezes dos pais, a escola tendo o papel de educar na sua totalidade nossos filhos isso traz também um prejuízo porque se os pais, nós que damos educação não conseguimos passar isso para as crianças à escola está sobrecarregada. Então, nós delegamos toda responsabilidade da educação à escola e a gente vê que até um tempo atrás, não é Deputado, não era assim, nossos pais complementava a nossa educação, agora hoje não. Hoje os pais têm necessidade de trabalhar, as mães têm necessidade de trabalhar e termina submetendo educação dos filhos nas escolas, nas creches, às vezes, não tão bem preparada para receber nossos filhos. Então, é um conflito que também..., e outra questão que a Professora e Vereadora falou é a questão espiritual, nós não teríamos motivo nenhum para dentro da Igreja Assembleia de Deus onde todos os domingos ou todos os dias estamos pregando a palavra de Deus, as pessoas conhecem a palavra de Deus e se desviar. E tem outro conflito que é muito mais forte, aqueles que tiram a sua vida às vezes são tratados como os fracos ou que vão para o inferno, olha só que coisa, são coisas muito pesadas que são colocadas para as pessoas nos ombros essa responsabilidade. E ainda temos aqueles que chegam; que nem foi falado por você, que chega lá te procurando pedindo ajuda, e aqueles não chegam, aqueles que ficam intimidados porque eu estou dentro da igreja, eu estou todos os dias aqui orando para Deus, e às vezes eu chego a questionar: “meu Deus, onde é que Tu estás; que não me ajuda?”. Eu chego a questionar a Deus, no ponto de vista. Então, é verdade, ela está me confirmando isso, então, isso é muito forte para as pessoas. Então, é preciso que a gente discuta, é preciso que a gente pare e faça essa discussão para que possamos fazer essa reflexão. Outro aspecto também que eu assim, eu me preocupo muito e não sou eu; Marx, há muito tempo já dizia, que o grande prejuízo para essa sociedade vai ser o capitalismo e o consumismo, porque as pessoas deixam de ser para ter. Então, quando essas pessoas deixam de ser para ter, e não consegue ter, ele é um fracassado, ele se julga e diz assim: eu não sou merecedor de estar nesta sociedade onde todo mundo tem e eu não tenho, e na maioria das vezes são pessoas que trabalham, são pessoas dignas, honestas, mas, ela diz: “eu não tenho a capacidade de ter, então, eu não sou digno dessa sociedade: E onde vale muito é quem tem, às vezes as pessoas que são, não valem tanto quanto ter, a questão do status. Então, são fatores, que eu chamo atenção para que possamos pensar um pouco sobre isso. E outro fator que eu acho importante, a gente conversou nos bastidores com o Deputado, e me deixa muito preocupado, é a ausência da saúde, eu ia fazer um apelo nesse sentido, nós temos as redes CAPS, nós temos os postos de saúde para o atendimento, mas, especificamente a esse tema que é tão doloroso, nem todo mundo consegue lidar com isso, nós temos aí Corpo de Bombeiro, nós temos a colega da PM que está aqui, nossa colega, ela pode muito bem falar sobre isso, é muito difícil você falar

sobre o suicídio, agora imagina você falar para o suicida e para um militar que ele tem que manter a ordem, que ele é duro, mas que no seu momento íntimo tem uma fraqueza muito grande, como é que ele vai chegar e falar para o seu superior que naquele dia ele não pode salvar uma vida porque ele está com problema em casa ou porque ele está deprimido ou porque ele está com problema de saúde. Então, são aspectos que nós precisamos muito discutir, eu acho que essa é uma belíssima oportunidade, viu Deputado, o senhor está proporcionando a todos nós, e eu fico feliz de ver os acadêmicos, os colegas da profissão aqui discutindo isso, porque o caminho que nós temos é esse, é pararmos para discutirmos e achar uma saída, nós temos que achar uma saída para essa sociedade que hoje está doente, é uma sociedade doente. Então, nós precisamos encontrar caminho, o Ministério Público, está aí para dá o suporte naquilo que for necessário, mas às vezes, as demandas são enormes, não é Doutora, não dá para você cumprir tudo aquilo que é o papel do Ministério Público, as pessoas dizem: o braço da sociedade é o Ministério Público. A gente sabe disso, mas, às vezes também o Ministério Público tem as suas dificuldades, orçamentária, de pessoal. Então, o restante dessa sociedade também tem que se engajar e procurar cumprir a nossa missão, que é ajudar e salvar vidas, eu acho que o caminho é por aí. E assim, eu concluo mais uma vez agradecendo pelo convite. Muito obrigado.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Obrigado Dr. Deusdedi, ouvimos as palavras atentamente, às vezes os pais querem transferir para a escola, para as universidades e tal, a educação dos filhos, mas, na escola, a função da escola e dos professores é instruir, organizar que o jovem, o adolescente busque aí o seu intento que é ser médico, ter uma profissão digna, e os pais querem transferir isso para a escola, não, eu acho que nós temos que, nas nossas casas conversar muito com os nossos filhos e dá essa educação, isso nós precisamos, e o que nós estamos sentido hoje nesse momento que passamos aí essa situação. Muito obrigado pela sua presença, obrigado pelas palavras.

Eu quero convidar agora a Ten. PM Alessandra Machado, Psicóloga, representando o Comando da Polícia Militar do Estado de Rondônia, para fazer uso da palavra.

A SRA. ALESSANDRA MACHADO – Quero agradecer a oportunidade de poder falar um pouco da nossa polícia, quero cumprimentar a todos na Mesa, cumprimentado nosso Excelentíssimo Senhor Deputado. O que eu posso falar sobre a Polícia Militar é que hoje a questão de saúde, nós temos dois principais causadores de afastamento, o nosso primeiro primordial é a questão ortopédica pela profissão em si, os riscos, pelo esforço físico, pelo material pesado. Quando a gente vê as nossas polícias especiais em que andam com armamento, fuzil e todos os outros aparatos de segurança, a gente vê que isso traz um complicador para o fator ortopédico, e o segundo principal fator são os afastamentos psiquiátricos, principalmente os transtorno de ansiedade e depressão e que a gente sabe que de alguma forma pode contribuir para o suicídio. Hoje graças Deus a gente tem uma taxa até bem baixa de suicídio, foi feito um levantamento que nos últimos dez anos ocorreu oito casos, é um número considerável sim que merece a nossa atenção, mas comemoramos da gente poder ter uma política de intervenção e hoje nós temos o programa de saúde mental, além do programa de saúde preventiva onde tem uma equipe multidisciplinar, onde tem o dentista, onde tem o fisioterapeuta que hoje trabalha com, por exemplo, a fisioterapeuta traba-

lha com pilates, tentando auxiliar que é tanto uma forma de cuidar da coluna como também uma forma de desacelerar esse policial para que ele possa ter um momento de respirar, onde ele possa ter um momento de auto cuidado que hoje é oferecido dentro dos quartéis. E dentro da política de saúde mental esse ano a gente escolheu o tema “Manejo de Estresse”, que é a forma da gente se aproximar desse policial, hoje a gente trabalha com as unidades de forma separada, onde a gente tem esse contato bem mais próximo, onde a gente se coloca à disposição e nesse Programa de Manejo a gente faz uma forma de que a pessoa possa identificar quais os possíveis sintomas do estresse, e quais as formas de enfrentamento, o que é ansiedade, o que é depressão, onde a gente pode recorrer. E nessa aproximação da tropa a gente vê que a gente evita muita coisa porque é assim que termina a nossa intervenção, alguém procura em falar eu tinha esse sintoma e eu achava que eu não deveria dá tanta importância, deveria dá tanta atenção e quando a gente vai lá mais próximo dos nossos policiais, a gente consegue trazer ele para esse tratamento. Então esse mês a gente também aderiu à campanha de prevenção ao suicídio, temos provocado essa discussão dentro dos nossos quartéis, falado como identificar. Uma das nossas formas de intervir é preparar os nossos sargentos, os nossos Comandantes que estão lá nas guarnições, que estão mais próximas que tiram o serviço junto para poder perceber e escutar esse colega e nos chamar para que a gente possa oferecer essa ajuda profissional especializada. Eu agradeço.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) - Obrigado. Bacana que a gente vê que a Polícia Militar, pelas palavras da Tenente Alessandra estão trabalhando nos quartéis o suicídio, é isso e falando da semana do mês de setembro amarelo, a gente fica feliz por que é isso que a sociedade quer, é isso que todos nós que aqui estamos queremos ouvir. Queremos que todas as Instituições do Estado e as Escolas e tal também consigam, mas é com grande satisfação que a gente ouve da senhora essa informação. Muito bem, parabéns lá ta. Convidamos agora o senhor Daniel Amaral Lima, Coordenador do CAPS para cinco minutos de sua fala.

O SR. DANIEL AMARAL LIMA – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Excelentíssimo deputado Airton Gurgacz e da Excelentíssima Senhora vereadora Joelma Holder e toda a plenária. E falar mesmo da minha experiência enquanto ainda acadêmico de psicologia, a gente acaba lidando com a questão de muitas vezes quando você fala em suicídio, se cria uma especialização ou uma subespecialização, parece que só psicólogo e o psiquiatra são responsáveis pelo tratamento. E eu nunca em nenhuma disciplina na UNIR foi falado sobre suicídio, e na formação de psicologia, então o fato de nós estarmos aqui hoje, é lógico que nem todos os entes estão presentes, que a gente gostaria que a Secretaria de Estado de Saúde, do Município, de Educação. Mas nós não estamos mais sozinhos, nós já estamos cumprindo parte do que se propõe quando nós estamos podendo falar sobre prevenção ao suicídio, falar publicamente sobre isso. Sobre um tema que nós precisamos conversar cada dia mais. Nós temos a cartilha da atenção básica de 2000 que já falava sobre suicídio, se você sublinhar aonde fala sobre Programa da Saúde da Família, e incluir valorização da vida, a cartilha está atual, não precisa acrescentar nada. Para você ver que nós já temos aí um déficit de pelo menos 17 anos de que já deveria estar sendo trabalhado isso. E nós estamos aqui desde 2014 que as Prefeituras começaram a trabalhar esse tema.

Há 3 anos quando eu falei sobre o tema no corredor da Secretaria de Saúde do Município, uma colega da saúde disse; quem tem pena do miserável vai para o lugar dele. E isso é uma coisa que dentro desse espaço parece algo alienígena por que aqui nós estamos falando ou procurando falar a mesma língua. E é esse o trabalho que nós temos que expandir para fora daqui para os profissionais da educação, para os profissionais da saúde, os nossos colegas de trabalho, os nossos familiares. Hoje em dia nós não falamos sobre a morte, sobre a nossa própria morte, se você faz um seguro de vida é riscado o seu companheiro ou a sua companheira dizer; você está querendo morrer? Mas isso faz parte da vida, se nós não conseguimos falar sobre a materialização da minha própria morte como que eu posso imaginar a realidade de alguém que tenta o suicídio? E aí voltando um pouquinho, que a gente está falando sobre prevenção, mas a gente sempre se preocupa com o tratamento, para onde vou encaminhar, o que vamos fazer. Nós estamos aqui na etapa de prevenção e o plano vai pensar nessa questão do tratamento também, mas uma realidade nossa. Porto Velho é o único lugar do Brasil em que existe um CAPS estadual, os CAPS são de gestão municipal e nós temos um CAPS estadual aqui em Porto Velho, nós não vamos encontrar isso em lugar nenhum do Brasil, e quando nós falamos em tratamento e aí as crianças, idosos são público de risco, acima de 65 e de 15 a 35 são os públicos de risco, profissionais que usam arma de fogo como a polícia, nós temos que pensar que já foi feito um planejamento os CAPS do interior nós temos hoje 22 CAPS, existe o planejamento de abertura de CAPS, CAPS infanto-juvenil e CAPS AD do interior que não se efetivou até hoje, mas isso é uma questão do poder do Estado? Não somente. As prefeituras têm que estar sensíveis, os prefeitos, os gestores do interior têm que estar sensíveis para abrir novos CAPS porque é de gestão municipal, então nós não podemos ainda aí com força de lei obrigar um município ou prefeito abrir um CAPS, mas eu acho que é por meio dessas novas leis que nós estamos criando e por meio desses espaços nós temos que estar discutindo sensibilizando os gestores do interior. É um passo a abertura de novos CAPS AD porque também a dependência química é um outro fator de risco para o suicídio. Aqui no CAPS AD do município de Porto Velho nós temos uma adesão de mais de 50% dos dependentes químicos ao tratamento, se não me falha, não é Claudiana? Isso é um índice altíssimo, sendo que você espera menos de 20% de adesão ao tratamento na prática, mas nós precisamos expandir isso para o interior. Agora se nós tivermos CAPS no interior e tivermos CAPS na capital nós vamos ter resolvido o problema? De forma alguma. Sempre vai haver o suicídio porque ele é um fenômeno coletivo, é um fenômeno cultural conforme a modernidade vai acelerando. Já se falava, Durkheim já falava sobre isso no século XIX, que conforme a modernização nós deixamos o sentimento de pertença, a gente passa a achar o mundo muito estranho, então imagine hoje o mundo que é cada vez mais dinâmico? E aí nós vamos poder aprimorar essa política por meio do diálogo seja na nossa família, seja na nossa comunidade religiosa, sendo entre os nossos colegas de trabalho e principalmente a prevenção ao suicídio nós fazemos na escola, nós fazemos na unidade de saúde da família, nós fazemos em todos os ambientes que nós estivermos inseridos. Eu acho que a principal questão da valorização da vida é sentir que nós somos mais cidadãos se nós estarmos dentro desse movimento, não é. Porque as vezes a pessoa pode achar que 'ah, valorização da vida é alguma coisa muito poética, é falar de amor' e pode viajar muito na maionese, mas a valorização da vida é isso, nós nos valorizarmos em quanto cidadãos que nos preo-

cupamos com outro cidadão. Acho que a minha fala eu consigo contemplar tudo que eu tinha em mente para falar. Muito obrigado.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Parabéns Daniel, é isso que nós precisamos, parabéns que vocês estão trabalhando já há tempo. Convido a senhora Janilda Vieira, Coordenadora da Vigilância da Violência da AGEVISA, 05 minutos, doutora.

A SRA. JANILDA VIEIRA – Agradeço o convite em nome do Deputado Ailton Gurgacz. É muito importante que a comunidade, que Rondônia saiba do que mais morre a nossa sociedade, as pessoas que vivem e que convivem aqui. Nós da AGEVISA trabalhamos com a informação principalmente, a informação do que se está morrendo e do que está adoecendo a nossa população e eu digo para vocês que mais de 50% das mortes que ocorrem nos últimos anos de 2011 para cá são por causas externas e doenças crônicas, doenças as DCNTs que nós chamamos, então dentre as causas externas que são as violências e os acidentes está a violência, a tentativa de suicídio ou suicídio no caso, o ato efetivado, então é urgente que a gente trabalhe realmente no Estado alguma política direcionada ao suicídio, mas principalmente as tentativas que vem acontecendo. A Organização Mundial de Saúde fala que para cada suicídio tem umas 20 tentativas em curso, ou seja, nossa humanidade, as pessoas que convivem com a gente, pessoas conhecidas estão tentando se eliminar, estão tentando se matar, e as vezes somente se machucar para apagar essa dor, uma dor para apagar outra dor que está sentindo, então é urgente que a gente inicie trabalhar sobre isso. No Estado, em Porto Velho alguns dados que eu trago para vocês é que, eu fiz o cálculo a cada 10 mil habitantes porque se não a cada 100 mil ficaria um dado que não daria para comparar bem com alguns municípios do Estado, em Rondônia quase uma pessoa em 2015 se suicidou, em cada 10.000 habitantes. Mas Guajará o índice é muito maior, 2,17 pessoas a cada 10.000 habitantes. Candeias também é um alerta. Por que será em Guajará-Mirim em 2015 um índice assim tão alto? Foram 10 pessoas naquele ano. Deve haver alguma coisa talvez aí com enchente que aconteceu, a depressão que veio naquela comunidade, naquela sociedade pós a enchente, porque este índice aumentou principalmente após aquele fato das pessoas desempregadas, as pessoas desesperadas. A gente tem que pensar nisto aí também, as causas que ocorrem. E, a maioria das pessoas que se suicidaram, pessoas solteiras de 20 a 49 anos com ensino fundamental de 5º ao 8º ano em média. Quem mais tentou foi a mulher, mas quem mais conseguiu efetivar o suicídio foi o homem. E é importante a gente saber o impacto que isso causa financeiramente no nosso Estado, foi quase um milhão de reais em 2015 somente para internações de violências e lesões autoprovocadas e tentativas de suicídio. Então é um valor muito alto que a gente poderia na prevenção diminuir, a prevenção resolveria muito o problema. Isso só internação, aqui sem contar com valores gastos com recursos humanos com consequências de causas externas e violências é um valor muito alto. Enquanto que se a gente, por exemplo, tivesse, Porto Velho tivesse um ambulatório de psicologia já dariam para resolver muitos problemas que vão para a alta complexidade, os CAPS são de alta complexidade estão superlotados. Às vezes não é possível marcar consulta semanal ou quinzenal, tem que estender para um mês ou mais de um mês a consulta de uma pessoa que precisa às vezes de medicação e que poderia estar...e outros casos

que não necessitam de medicação estariam trabalhando a prevenção no ambulatório de psicologia que o município precisa ter. A gente lá na divisa trabalha com todas as outras violências e a gente sabe que, principalmente a violência sexual, violência de gênero, faz com que muitas destas pessoas tenham ideia suicida. Então precisa se relacionar a violência autoprovocada e o suicídio com as outras violências sexual, violência de gênero, principalmente, e trabalhar conjuntamente com estas outras áreas ou redes que já existem em Porto Velho, em Rondônia. Era mais isso que eu gostaria de apresentar para vocês. E informar que a Vigilância das Violências desde 2014, uma determinação do Ministério da Saúde trabalha mais intensamente com as lesões autoprovocadas e a notificação destas violências. A gente teve uma conquista, mas acredito que vai depender de vocês e da presença de vocês na Conferência estadual de Vigilância em Saúde, que vai acontecer agora no início de outubro. Por quê? A gente fez uma proposta de criar um pacto de cooperação entre assistência social, educação e saúde para notificação das violências, isso é importantíssimo. Porque a gente tem uma subnotificação muito grande, e as informações que vem das escolas são baixíssimas, e a gente sabe aí o “NAVIPORTO” está recebendo tanta demanda, tantos telefonemas, um trabalho maravilhoso do “NAVIPORTO” que iniciou agora repleto de trabalho. Então assim, gente, a gente precisa votar esta proposta para a Conferência Estadual, para que estas secretarias parceiras da saúde sejam parceiras nesta notificação, como determinação de uma política estadual, mesmo. Então conto com a presença de vocês, eu estou aqui representando a Doutora Arlete Baldez da ANGEVISA, e assim agradecer. Muito obrigada.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) - Obrigado senhora Janilda, nossa coordenadora da ANGEVISA que esteve conosco lá na UNIR. Parabéns pelo seu empenho e esforço de estar presente em todas as ações.

Convido agora a senhora Cleyane Alves, Conselheira Estadual de Direitos Humanos, por cinco minutos.

A SRA. CLEYANE ALVES – Bom dia. Quero cumprimentar a Mesa; minhas alunas e meus alunos, por estarem aqui; meus professores, eu vejo pessoas que me formaram, aqui hoje, quero dar meus cumprimentos a vocês e a toda plenária. Hoje nós estamos aqui, quero agradecer a iniciativa desta audiência pública, parabenizar por ela. E, realmente como já foi dito, contemplo a fala de todos os meus colegas as políticas públicas. Fazer esta Conferência, conversar, fazer um Setembro Amarelo, falar de campanhas, espalhar cartazes é bem interessante, é bom. Ontem começou a circular nas redes sociais um texto de uma moça que diz o seguinte: Fico muito feliz de saber que eu posso procurar alguém, caso eu sinta vontade de tirar a minha vida, mas o que eu queria de fato era acesso a uma consulta psicológica que se eu precisar, porque estas pessoas que dizem que está abrindo o seu telefone, que estão abrindo o seu O PV, que eles chamam de PV que estão abrindo os seus inbox nas redes sociais para conversar comigo, elas não têm especialização para me ouvir. Esses desconhecidos que dizem que eu posso contar com eles não vão saber lidar quando eu falar com eles. É muito interessante a campanha do Setembro Amarelo, mas o que eu quero de fato, é que, quando eu precise marcar uma consulta em um CAPS, eu não precise ficar esperando três meses para que alguém me ouça de fato, embora eu vá passar por uma triagem antes. E essa moça começou a recorrer sobre o estado dela referente a precisar de assistência, aí eu pergunto aqui hoje para nós, forma-

dores de políticas públicas, pessoas que estão trabalhando, pessoas que estão na comunidade: como está de fato o acesso para as pessoas que precisam dessa ajuda? Parabenizo a Vereadora que está criando e eu tenho certeza que quando nós criamos uma campanha, nós também estamos pensando em criar meios para que essas pessoas após conscientizadas consigam de fato um acesso a isso. Então, as nossas políticas públicas elas têm que ser integradas, não dá mais para trabalharmos de maneira vertical, nós precisamos de uma política pública de maneira horizontal. Nós precisamos conseguir ter diálogo entre os setores, entre as Secretarias. Hoje, nós falamos sobre a importância do professor dentro de sala de aula, saber orientar o seu aluno caso ele tenha esse comportamento, caso eles vejam indício, mas quantos professores estão sofrendo de depressão na nossa rede pública? Quantas pessoas estão ali para trabalhar e tratar os nossos professores? Então, quando nós falamos de, desculpa se a fala vem de uma maneira crítica, mas eu trago o raciocínio, eu peço para que entremos nessa reflexão, quem cuida dos professores? Os professores têm que cuidar dos meus alunos. Hoje, nós não temos mais psicólogos e assistentes sociais dentro, nunca tivemos assistentes sociais dentro das escolas e não temos mais psicólogos. O professor já tem a atribuição de educar, ele precisa também, é claro que ele vai fazer que a gente sabe que os nossos professores são totalmente humanos, que ser professor é um ofício. Então, eles estão lá, se ele vê algum aluno que tem o comportamento, ele vai indicar, ele vai encaminhar, mas nós precisamos de fato de políticas integradas do qual contemple os professores, contemple todas as casas, todas as camadas. Quando nós vemos os índices, o número de pessoas de 5ª a 8ª série, o quanto que essas pessoas estão tirando a sua vida. Elas estão sendo alcançadas por políticas públicas que de fato elas estão conseguindo concluir os estudos dela? A gente falou hoje sobre a importância que uma sociedade irar de ter, mas nós estamos dando acesso de oportunidade para essas pessoas? E, para finalizar, eu digo sobre a verdade absoluta que nós estamos vendo no nosso Brasil hoje, nós temos que contemplar sim a questão da adversidade, as pessoas têm que se sentir acolhidas em suas adversidades, em suas diferenças. Então quando nós falamos de políticas públicas, quando nós sentamos, eu como representante dos Direitos Humanos, nós estamos aqui para pedir a reflexão sim das diversidades, de cada um pode ser do jeito for e nós temos que acolher ele na sua singularidade. Então, que nós possamos a partir de hoje pensar numa política pública de maneira horizontal do qual contemple e dê acesso de oportunidade a todos aqueles que precisem, porque assim o Setembro Amarelo de fato vai ter efetividade para a nossa sociedade. Nós precisamos fazer o Setembro Amarelo só o primeiro passo para tudo que nós vamos fazer; efetivar, prever orçamentos, prever investimentos, porque, gente, a nossa cartilha é muito bonita sim, a nossa cartilha ela é exemplo para o mundo inteiro de saúde, mas nós temos que investir nesses programas para que eles de fato sejam efetivados. Então, eu chamo hoje para essa luta junto com a gente o nosso... Os três Poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo. Hoje, nós temos a nossa Vereadora de Porto Velho, mas os Vereadores dos outros municípios que vão ter acesso a esta plenária, para que eles saibam quantos municípios que ainda não tem CAPS? Nós, quando estamos no Conselho de Psicologia, nós ouvimos muitas vezes a necessidade de CAPs, a necessidade de mandar para Porto Velho alguém que tentou tirar sua vida, porque ainda têm municípios que não foram contemplados com CAPs. Então esta é a minha fala, eu agradeço a oportunidade. E eu chamo todo mundo

para reflexão e para efetivar políticas públicas de maneira horizontal na nossa sociedade.

O SR AIRTON GURGACZ (Presidente) – Obrigado, Cleyane Alves, Conselho Estadual de Direitos Humanos, é importante a vinda de vocês para a gente poder discutir com a sociedade, e temos que discutir muito essa questão que, esse tabu nós temos que quebrar logo.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, nós gostaríamos de agradecer a presença da senhora Francisca Odalice, Chefe de Núcleo da Gerência de Programas Estratégicos GPS da SESAU; do senhor Germano Soares, Presidente do Sindicato das Técnicas Tributárias do Estado – SINTEC; e do senhor Abel Sidney, Vice-Presidente do Núcleo de Apoio à Vida - NAVIPORTO. E, logo depois das palestras já estão inscritos para a fala, o senhor Cristiano de Paula, Psicólogo do Tribunal de Justiça e Voluntário do Núcleo de Apoio à Vida - NAVIPORTO; da senhora Rafaela Baratto Prestes, Psicóloga, representando a Superintendência Estadual de Políticas Sobre Drogas – SEPOAD; do Senhor Edson Luiz da Silva, Psicopedagogo, Secretário Geral do SINTEC. Senhor Presidente.

O SR AIRTON GURGACZ (Presidente) – Setembro Amarelo então, gente, alerta para grande importância 'suicídio'. Então há três anos no Brasil o mês de Setembro ganhou os tons de amarelo para marcar a Campanha Internacional de Combate ao Suicídio e a Valorização da vida, o movimento Setembro Amarelo acontece no mundo todo e toda a parte que marca a Campanha de Setembro. Em Rondônia então nós criamos a Lei 4030 de nossa autoria que Institui sobre a Semana Estadual de Prevenção, o qual já falei, pelo objetivo ao longo do mês promover várias ações, sensibilização, conscientização na sociedade através desse procedimento informativo e educativo e que a nossa sociedade venha a conhecer, identificar as situações que indicam o suicídio.

Também criamos a Lei 4060 que "Institui o Plano Estadual de Combate ao Suicídio no âmbito do Estado de Rondônia". E também criamos a Lei 3.916, de 14 de outubro de 2016, que dá nova redação ao dispositivo da Lei 2.590, de 28 de outubro que "Dispõe sobre a Criação de Combate ao Bullying no Estado de Rondônia". Também com uma nova redação.

Então assim, o suicídio continua sendo tabu, motivo de vergonha ou de condenação, sinônimo de loucura, assuntos proibidos em conversas com filhos, pais e amigos e precisa sim ser discutido. Trata de um problema, de um sofrimento individual de uma série de questões para a saúde de políticas públicas. E temos os dados da ONU, que é essa questão do suicídio aí que tem a cada quarenta segundos se perde uma vida, no Brasil comenta-se que se suicidam 32 pessoas por dia, mas, nós acreditamos que, muitos suicídios não são registrados, por exemplo, esses dias nós vimos em Brasília um menino guiando um automóvel em alta velocidade atropelou três pessoas de uma mesma família matando os três e ferindo o avô e a avó. Então, isso também é uma forma de suicídio. O trânsito é uma forma de suicídio que a gente vê essa questão do trânsito com muita violência, por exemplo, pessoas se jogam em frente ao veículo nas estradas, às vezes, a pessoa está com muita depressão se jogam na frente de um veículo, de um automóvel, de um caminhão, também é um suicídio e que não é registrado como suicídio. Então, essas estatísticas nossas brasileiras nós queremos crer que não está certa. Tem muitos problemas. Uma overdose de cocaína, dessas questões de droga,

também é um suicídio, uma forma de você, o alcoolismo e tal..., também é uma forma de suicídio. Então, tem vários fatores que não são registrados, eu acho que as estatísticas são muito mais do que nós estamos aqui conversando e vendo essas estatísticas das Secretarias, não por culpa até das Secretarias, dos órgãos que regulam isso, mas porque as pessoas muitas das vezes não registram, não falam, ou por vergonha, ou por isso ou por aquelas outras ações. Então, é muito disso.

Agora nós passamos, chamar o Giovani Berno, Jornalista e voluntário do Núcleo Depois da Vida que vai dar uma palestra para nós aqui no nosso evento.

O SR. GIOVANI BERNO – Bom dia a todos! Eu sou o Giovani, represento aqui e estou aqui pelo, como o NAVIPORTO, que é o Núcleo de Apoio à Vida, obrigado Deputado Ailton por comprar a ideia e levar a frente à Lei de Prevenção ao Suicídio que Cria o Plano Estadual de Prevenção ao Suicídio.

Bom dia a todos da Mesa, também a todos os que estão aqui participando.

A Surama me pediu para eu fazer uma leitura de dois depoimentos de duas pessoas que tentaram suicídio, uma efetivou o suicídio e a outra não, mas, que fica para questionamento para o Cristiano, Wilma a Bel, outras pessoas que virão palestrar aqui. O primeiro depoimento a pessoa diz assim: "Eu tinha 14 anos, além de outras informações eu era aluno da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Daniel Neri da Silva, e enquanto alguns falavam de suicídio, no dia 15 de setembro de 2007 eu cometi suicídio".

Então, esse é um depoimento de uma pessoa que cometeu o suicídio.

"Tenho 22 anos, trabalho, sou filha única, moro com os meus pais, estou em tratamento psicológico por causa de depressão e no dia 13 de setembro de 2017, tomei mais de 15 comprimidos de antidepressivos, após tomá-los entrei em choque me debatendo no chão, meu pai ouviu, me levou para o Hospital João Paulo II, onde fiquei internada por 24 horas. E agora? O que fazer após a tentativa de suicídio?"

Então, essas são as respostas para os nossos amigos Psicólogos. Os questionamentos e não às respostas, não é?

Mas, eu vim aqui mais para falar sobre a minha área como jornalista, a gente se depara dia a dia com informações distorcidas, maldosas, mal colocadas que poderiam ser aproveitadas para utilizar na prevenção ao suicídio e ao contrário, acaba estimulando novas pessoas a cometer o ato de abreviar a sua própria vida que é o maior dom que Deus nos deu, que foi a vida. E acabam cometendo suicídio repetindo muitas vezes o erro. Como já foi falado aqui alguns slides, eu vou passar rápido até pelo pouco tempo. Mas a cada quarenta segundo no mundo uma pessoa se suicida, e esses números nos levam a afirmar que sim, nós precisamos de políticas públicas de suicídio, o Brasil é 9º país no mundo em mortes autoprovocadas, então, esses números são alarmantes, esses números são da Organização Mundial da Saúde. Esses números aqui, que a Janilde, nos apresentou também, se referem à SESDEC, ao Núcleo de Estatística da SESDEC, que nos deu esses números, nós temos uma média de 2015 para cá em torno de cem suicídios, e esse ano parece que os números estão aumentando, estão cada vez maiores, então, é urgente a tomada de atitudes quanto ao suicídio. E na mídia, o suicídio, ele começou a chamar atenção após Goethe, em 1774, lançar este Livro "Sofrimento do Jovem Werther", onde um jovem após ser abandonado pela namorada e casar com outro, se suicidou. E a partir do lançamento deste livro, o ato

começou a ser repetido constantemente e muitas das pessoas que cometeram suicídio vestiam o mesmo traje do personagem ou estava com o livro, ou repetindo o ambiente em que ele se suicidou, então, a partir daí passou a se chamar Efeito Werther. E a mídia então pode tanto trabalhar positivamente como negativamente a questão do suicídio, e aqui eu elenco informações, orientações que a Organização Mundial da Saúde nos coloca como comunicadores de como noticiar, como informar as mortes autoprovocadas. Então, deixe sugestão, eu vou passar rapidamente: reportagens discretas, não carregar com tensão, o suicídio não pode ser enaltecido nem tomado como ato de coragem num processo de romantização ou heroização do falecido. O suicídio não é um solucionador de problemas, isso que fique bem claro, como uma manchete da Revista Time, que fala de um Ministro Japonês “Suicídio põe fim a escândalo no Japão”, como se o escândalo deixasse de acontecer ou não acontecesse mais escândalos no momento em que ele se suicidou, certo? Então, nós temos que evitar essas coisas na imprensa, então, tem que ter muito cuidado. O suicídio não é uma coisa normal, eles existem fatores que levam a ele, então, esses fatores que precisam ser levados em conta e não dar destaque, não dar manchete nas mortes autoprovocadas. Lembrar que as pessoas precisam e podem ser ajudadas com o material que eu estou escrevendo, então, isso é que nós precisamos reforçar no nosso material, ajudar as pessoas, mostrar que elas têm uma saída, que tem ajuda, que podem ser auxiliadas. Aí outras orientações, evitar colocar em primeira página não colocar em manchete a palavra suicídio, evitar chamadas dramáticas. E outra coisa interessante, quando se vai entrevistar, muitas vezes se coloca, os entrevistados se colocam negando que a pessoa cometeu o suicídio, mas com o passar do tempo, com aceitação da morte, as pessoas, poxa, mas ele deu sinais e aí começam a apresentar os sinais de que realmente a pessoa se suicidou. Outra coisa muito importante é a questão das fotos, vocês vão ver daqui a pouco eu vou mostrar, infelizmente os nossos sites jornalísticos, além deles não aproveitarem o momento para auxiliar, simplesmente noticiar o fato em si de uma forma ainda cruel, desrespeitando inclusive o código de ética jornalística, conforme eu vou mostrar daqui há pouco. E evitar comentar termos como cometeu suicídio, tentou o suicídio sem sucesso, como se fosse sucesso cometer suicídio entendeu, então, essas coisas precisamos evitar. Outra questão muito importante, evitar divulgar o local do suicídio porque em alguns locais, algumas pontes, alguns abismos, eles são considerados. Na minha cidade Santa Maria, tinha uma ponte e ela se chamava Garganta do Diabo, porque as pessoas a utilizavam para se matar, se jogava no carro, se jogava lá de cima, tanto que agora mudaram o nome, como se mudar o nome resolvesse alguma coisa, mas pelo menos tirou aquela conotação de morte. Então, aqui, a Ponte do Rio Madeira, ela já está considerada como um ponto de referência para suicídio, nós precisamos evitar isso. Inclusive, eu tenho um amigo que ele sofre de depressão, já me pediu ajuda duas vezes, e ele disse que ele não pode pensar na Ponte do Rio Madeira, que ele já pensa e ir para lá e se jogar. Então, são coisas que a gente precisa evitar essa glamorização do local do suicídio.

Aí não mostraram fotos, avanços nos tratamentos mentais, nas dificuldades das pessoas e principalmente oferecer a ela opções de ajuda de acolhimento, onde encontrar socorro, onde encontrar ajuda. Alguém aqui da Mesa, eu acho que foi o nosso colega ali que falou a questão de que todos somos responsáveis, eu posso não resolver a situação, mas eu vou acolher, eu vou abraçar, eu vou dá um primeiro atendimento aí

depois a pessoa se sentiu mais aliviada, ela não se cortou, ela não se matou, bom agora vamos ao tratamento. Eu não sou especialista, mas todos nós podemos ajudar todo mundo, nós somos seres humanos e precisamos ajudar aos nossos irmãos. Ficar atento aos sinais de alerta, está circulando aí nas redes sociais vários sinais de alerta e aqui eu só reforçando, sempre citar as fontes de onde buscar ajuda especializada; CVV, NAVIPORTO, CAPS, onde a pessoa puder encontrar ajuda que seja divulgado.

Aqui alguns exemplos eu até coloque aqui o código de ética, que é dever do jornalista respeitar o direito a intimidade, privacidade, a honra e a imagem do cidadão; artigo 6º inciso VIII. E também no artigo 7º; o jornalista não pode, no inciso V usar o jornalismo para incitar a violência, intolerância, o arbítrio ao crime, e permitir que o exercício da profissão por pessoas não habilitadas, que é o muito está ocorrendo em nosso Estado. E por último, artigo 11º, inciso II; o jornalista não pode divulgar informações de caráter mórbido, sensacionalista, ou contrário aos valores humanos especialmente a cobertura de crimes e acidentes. Hoje a gente vê as pessoas não focam acidente, mas focam na vítima, mostrando a pessoa espedaçada, estrebuchada lá, isso precisamos evitar.

E aqui alguns casos de alguns sites em Rondônia seguindo exatamente tudo contrário ao código de ética e as recomendações da organização mundial da saúde com as manchetes sensacionalistas, mostrando fotos. Teve um site inclusive que eu recebi que colocou a foto da mulher que se enforcou em Vilhena pendurada ainda na casa dela, eu disse assim; pelo amor de Deus tire essa foto antes que alguém te processe. Felizmente ele me ouviu e retirou a foto. Mas teve alguns outros sites que desrespeitam aqui no caso a imagem das pessoas mostrando, quer dizer, acabam humilhando a família, aos que ficaram também, certo.

E aqui esse caso aqui do rapaz que se matou com um tiro faltou só mostrou a cabeça dele ensanguentada por que ainda tiveram bom senso entre aspas de deixar no escuro. Aí aqui a questão de salientar a forma como a pessoa se matou é muito ressaltada ainda nos materiais.

Olha aqui esse aqui ne, mostrando ele morto, a carta que ele deixou e o documento, só tiveram o bom senso de tirar o CPF e o RG, aqui dá uma apagadinha para a pessoa não reconhecer tanto ele, ou seja, para quem fica é horrível, essa questão de deixar a carta de despedida, essas coisas precisam ser evitadas. Outra coisa pessoas famosas como se o caso dele ser neta do Odacir Soares foi motivo dela ter se suicidado, isso aqui aumenta ainda mais a dor de quem fica. E aqui na nossa colega da PM aqui; irmã de sargento da Polícia Militar se enforca, como se o fato dela ser irmã do sargento, o que isso influi no caso dela? Então não se mostra a verdade dos fatos.

E esse último garoto aqui foi semana passada, ele tirou a vida e ele deixou uma mensagem enigmática até no facebook, como vida não encontrada, e ele deixou uma mensagem, ele postou isso no facebook antes de tirar. E na matéria identificaram quem era o pai dele, quem era o pai dele que pé um empresário em Vilhena, ou seja, de formas totalmente distorcida e equivocadas. E aqui deixo a mensagem para que nós sejamos luz na escuridão. E é isso.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Parabéns Giovani Berno, jornalista, que apresentação para todos por que vida nossa gente é eterna, nós não vamos resolver o nosso problema tirando a vida, apesar de que a gente sabe que pressão hoje é grande dos pais em cima dos adolescentes, dos jovens

para que busquem o sucesso o mais rápido possível, então não é. Nós temos que família também é importante, os amigos são importantes, mas a vida eterna, nós, não adianta eu me matar ou hoje ou amanhã eu não resolver o meu problema. Então nós temos que cuidar disso, vamos aumentar o problema nos suicidando, então a gente tem, Deus dá a vida para a gente e a gente tem que levá-la até o dia puder aí, o dia que a gente tiver a necessidade e buscar sempre a vida.

Convidamos a senhora Wilma Suely Batista, professora e pesquisadora da OBSAT da UNIR e voluntária do Núcleo de Apoio à Vida – NAVIPORTO, para fazer a sua palestra para nós aqui.

A SRA. WILMA SUELY BATISTA - Meu bom dia a todos. Deputado Airton Gurgacz, muito obrigada pelo convite, muito obrigada por essa parceria iniciada a semana passada na Universidade Federal de Rondônia, o senhor esteve lá conosco, hoje nós estamos aqui com o senhor por um bem maior, e em seu nome eu cumprimento todas as demais autoridades componentes desta Mesa de honra, muito obrigada, esse é um momento muito importante para toda a sociedade rondoniense. Eu trago aqui, senhores e senhoras, propostas dos pesquisadores do Observatório de Violência, Saúde e Trabalho e a razão pela qual nós estamos definitivamente envolvidas com a prevenção do suicídio é a nossa atuação nesse observatório que é um grupo de pesquisas, temos doutores e doutoras das mais diversas áreas trabalhando sobre esse fenômeno social, então nós trouxemos aqui algumas contribuições para discussão, é claro, essas contribuições também refletem as tendências e as discussões do NAVIPORTO – Núcleo de Apoio à Vida de Porto Velho do qual com muita honra sou também voluntária. Então, inicialmente, em que pese a gente ter toda a boa vontade dos profissionais de saúde no Estado de Rondônia nós temos um status bastante preocupante, nós temos 14 suicídios em Porto Velho, de 1º de Janeiro até 17 de setembro, esse final de semana aconteceram mais 02 mortes autoprovocadas, inclusive o Observatório de Violência, Saúde e Trabalho tem proposto o uso do termo morte autoprovocada ao invés de suicídio exatamente para desconstruir toda a redoma de romantismo que tem se mantido em torno da expressão suicídio, então a gente tem trabalhado com termos mais técnicos e nesse nosso caso é então a morte autoprovocada. Nós temos informações de que o jogo baleia azul, a Vereadora Joelna falou sobre isso, nós temos tido de fato informações não só da comunidade de facebook baleia azul, mas também de grupos de whatsapp em que as crianças estão sendo estimuladas a diante de conflitos trancarem-se no banheiro e se machucarem. A Janilda falava ainda há pouco da substituição de uma dor por outra, nós estamos tendo, nossas crianças e adolescentes estão assediados permanentemente através de whatsapp por pessoas mal-intencionadas, criminosas que ensinam esse tipo de prática como se isso resolvesse alguma coisa. Nós temos escolas sem a devida estrutura para detecção a acompanhamento dos alunos em estado de depressão, em estados iniciais de ação suicida em que pese toda a boa vontade dos professores. Essas colocações feitas são constatações que continuam apesar do extremo esforço de todos os profissionais envolvidos, os professores estão em estado de desespero, os diretores da escola estão em estado de desespero tentando contornar essa situação, tentando buscar estratégias de enfrentamento dessa situação, está cada vez pior. Temos demanda reprimida nos CAPS, todos os CAPS estão com demanda reprimida, nem precisa a gente discutir muito, temos demanda reprimida nas unidades de saúde da família, temos dificuldade para atender

os casos agudos, ou seja, a pessoa que está em surto e que tentou ou a pessoa que tentou, estamos com muita dificuldade para absorvê-los na rede hospitalar também. E há um tempo atrás nós do Observatório de Violência, Saúde e Trabalho fizemos uma pesquisa sobre processo de trabalho de enfermeiros que trabalham nos CAPS e encontramos um processo de trabalho profundamente conturbado, profundamente absorvido por demais atividades que não são necessariamente atividades de cuidado e os enfermeiros são apenas uma parte da equipe. Nós temos a equipe multiprofissional dos CAPS e estão todas, essa equipe ainda tem uma ou outra vaga, mas isso está muito longe de prover a população das condições de acesso necessárias, realmente necessárias, então faltam muitas condições. Esse status quo diz para nós que o plano que hoje está sendo discutido aqui precisa ser um plano de prevenção e pósvenção porque as a situação já está posta. Nós já estamos diante de mortes acontecendo a cada quarenta segundos mesmo; no final de semana foram duas pessoas e mais uma tentativa gente, três, só ao redor de mim, três, não é?! Então, esse plano vai ter que ter algum espaço para a pósvenção também, não é Deputado? A gente precisa pensar e, observatório estar à disposição a partir de agora, exatamente nesta perspectiva dos dados, dos estudos, das ferramentas metodológicas para conduzir essas questões, além do trabalho voluntariado do NAVIPORTO. NAVIPORTO faz trabalho voluntário e mesmo que a gente se preocupe Cleyane com uma suposta substituição do que deveria ser do Estado, é preciso a gente lembrar de exemplos históricos. Eu sou do tempo, no final da década de oitenta, começo da década de noventa, quando lá em Capuí no Ceará, começou-se uma onda de discussão, uma onda de experiências de pessoas da Comunidade, para fazer a ponte entre o Serviço de Saúde e as famílias, e na época muito se criticou: não, isso é do Estado; e foi assim que surgiu o que a gente conhece hoje, como Programa de Agente Comunitário de Saúde. Então, o povo, a Comunidade ela puxa e o Poder Público absorve. Se aquelas ações têm impacto social claro, o Poder Público absorve, e é o que nós queremos aqui. Então, o voluntariado, ele sustenta no mundo inteiro, o voluntariado aqui agora voltando ao suicídio, para a morte autoprovocada, a Organização Mundial de Saúde mesmo diz: 90% dos casos das pessoas que estão decididas, depois de conversar, elas mudam de ideia. Todo mundo já sabe aqui, mas vamos repetir: elas querem acabar a dor não querem acabar a vida; elas perderam a dimensão entre o que é a dor e o que é a própria vida dela, ela acha que acabando a vida vai acabar a dor. Então, o voluntário que não é um especialista, o NAVIPORTO não se propõe de fato a fazer terapia, se propõe a ouvir, a acolher, a aceitar a dor do outro, a ajudar, a ganhar tempo até que possa se colocar em contato essa pessoa com alguém devidamente treinado, para detectar e implementar a terapêutica necessária. É nessa perspectiva que o NAVIPORTO se propõe a respeito desta situação específica do suicídio. Rapidamente aqui, nós temos com dados já corrigidos ali, catorze em 2017, primeiro de janeiro até ontem, catorze mortes autoprovocadas, na cidade de Porto Velho, segundo dados aí do Serviço de Informação Diversa – SEMUSA. É um dado absolutamente assustador, nós não temos tempo a perder, não temos tempo a perder. Então o Plano precisa ter um objetivo, precisamos discutir se esse Plano vai ser trienal, quadrienal, quinquenal, de que maneira a gente vai estabelecer as metas, os objetivos; esse material fique disponível, esse material é para nós e para toda a Comunidade, está bom? A contribuição do NAVIPORTO, do OBSAT pode ficar disponível para todos que quiserem participar desta dis-

cussão, é só pegar aqui depois via pen drive. Então, nós propomos como objetivo geral do Plano, tornar Rondônia um Estado preparado com redes de Serviço de Saúde e demais ações intersetoriais, porque a morte autoprovocada é um problema de saúde pública, mas é de intervenção multisetorial, porque toca na segurança pública, toca na educação, toca na assistência social, toca nos direitos básicos de cidadania. Gostei quando Cleyane falou porque aí reforça minha fala, todas as pessoas que têm acesso aos bens e serviços essenciais, a manutenção de sua vida com dignidade, não vai pensar em se matar, se sente seguro para entrar e sair de sua casa e se dirigir ao seu trabalho, tem um trabalho com salário digno, não vai pensar em se matar; estamos falando de segurança social, de bem-estar social, não é? Então é uma situação complexa e de atuação multisetorial, então, intersetoriais necessárias para prevenir e socorrer as vítimas de suicídio, da morte autoprovocada e seus familiares e comunicantes; porque a pessoa morre e ainda torna as pessoas que estavam ao seu redor, pessoas que estão em risco de tentar se matar também. Objetivos específicos, propostas, a gente discute quando for possível, não é?

Capacitar profissionais da rede pública de saúde, da educação, para fatores de risco, acolhimento e encaminhamentos; apoiar o setor de saúde da mental da SESAÚ; apoiar todas as iniciativas que já existem; incrementar, propor contratação de novos profissionais, reforçar, criar o sistema de informação sobre suicídio, integrando delegacias, IML, Segurança, Sistema de Notificação de agravos e outros, aí a gente acrescenta os outros que acharmos convenientes. Instituir treinamentos a fluxo contínuo para professores, seguranças, policiais, bombeiros, motoristas de ambulância e demais profissionais sobre prevenção do suicídio, e nesse caso coloquei aqui também interrogado para a gente discutir, a gente poderia incluir também a ações de pós-venção que é o se faz depois que acontece o suicídio, toda a assistência aos enlutados.

Discutir soluções para o atendimento da pessoa com depressão, ideação suicida em todos os estágios, desde aquele estágio bem inicial em que está tudo muito difuso, até aquele estado que ela está definitivamente decidida e que já está planejando e já está viabilizando a provocação da sua morte.

Criar áreas de atendimento na rede. Ah, eu passei desculpa! Criar áreas de atendimento na rede com fluxos mais rápidos, nós temos problema muito grande de fluxos, mas esse problema de fluxos é por que também tem demandas reprimidas, quer dizer, tem gente que está deixando de ser atendida, porque não tem vaga, está demais para a capacidade instalada do serviço. Então, criar áreas de atendimento na rede com fluxos mais rápidos, específicos para atenção à pessoa com comportamento de risco com vistas ao acolhimento, a criação de vínculo, acompanhamento e se necessário fazer o devido encaminhamento, acompanhar e se necessário fazer o devido encaminhamento.

A criação de vínculo é extremamente importante, não adianta você só escutar o que a pessoa está dizendo e já dar o encaminhamento, na maior parte das vezes ela não vai, é importante à criação de vínculo, consideramos fundamental para manter essa pessoa ainda sob os nossos cuidados, quando ela se sente segura, quando ela se sente acolhida para que a gente possa ganhar tempo para fazer o acompanhamento.

Ampliar as equipes de atenção psicossocial, e nós precisamos na rede primária, precisamos de psicólogos na atenção primária. Nós enfermeiros, eu sou enfermeira, nós enfermeiros temos ocasião e oportunidade de trabalhar colhida na

nossa formação, mas nem todos os psicólogos têm, nem todos os médicos clínicos têm. Então precisamos de fato da figura do psicólogo lá.

Aí aqui vêm as metas. Metas: todo o plano tem que ter metas, nós temos umas propostas aí. Chamar a atenção da sociedade para questão do suicídio que é o que já está acontecendo hoje, nesse Setembro Amarelo, já estamos fazendo isso como imediata, em curto prazo, tomar o suicídio como objeto de atenção intersetorial, saúde, educação, segurança pública, assistência social e demais outros setores.

Em médio prazo: estabelecer as condições necessárias ao envolvimento dos profissionais na Sociedade Civil, da Justiça, da Segurança da Educação, da Assistência Social, dos Conselhos de Direitos, Entidades de Classes, Comunidades e outros para identificação precoce dos níveis de sofrimento psíquico que podem levar ao suicídio.

Contratação e lotação de psicólogos para atuação na atenção primária e para os Centros de referências também.

Em longo prazo: como meta a efetivação desse plano tanto em Porto Velho como nas demais regiões de saúde.

Como estratégia: realização de seminários, quanto mais seminários para discutir isso melhor, tentando alcançar todos os setores da população.

Criação de uma Coordenação Estadual, a gente está propondo isso. Criação de uma Coordenação Estadual de Prevenção para poder articular isso, essas estratégias. Parceria com programa saúde na escola, na prevenção de suicídio nas escolas, as escolas estão sendo muito esfoliadas com essas mortes. Parcerias com as instituições de ensino superior vi o pessoal da UNIP aqui, tem gente da UNIR envolvidos também, com as públicas e as particulares, podem nos ajudar muito.

Criação de vagas e/ou fluxos específicos na atenção primária, na média, na alta complexidade. Então desde a unidade do posto de saúde que está lá junto da comunidade até a mais alta complexidade é preciso que haja pessoas treinadas e sensibilizadas para identificar precocemente os casos de ideação suicida.

Parceria, SESAÚ-SEDUC, com a equipe sentinela nas escolas, precisamos de equipe permanentemente nas escolas, treinadas para fazer essas detecções e trabalhar junto mesmo na escola, trabalhar lá mesmo na escola para que não precise chegar até a unidade de saúde esse caso, isso é possível, é possível, todas essas propostas elas são passíveis de serem executadas, só é preciso a gente discutir.

Também através de grupos itinerantes para fazer um trabalho de estímulo à inteligência emocional, abrir espaço para falar de suicídio. Os adolescentes são potencialmente grupo de risco. Permanentemente grupo de risco, permanentemente em estado de vulnerabilidade, não é? Estou terminando.

Elaboração e divulgação de material educativo nas escolas, nas unidades, na rua também, vamos fazer esse trabalho de rua. Parceria com jornais, sites de notícias para parcimônia na divulgação do suicídio, isso nos lembra muito a discussão que o Giovani trouxe para o NAVI PORTO desde o começo.

Como ações de prevenção. Todos os serviços da rede pública deverão estar capacitados para acolher, ouvir o usuário, identificar transtornos, criar vínculos, acolher o sofrimento da pessoa e encaminhar. Precisa de mais Psicólogos nas Unidades, nas Policlínicas, nas UPAS, porque elas terminam se tornando todas elas porta de entrada do SUS, que a porta de entrada do Sistema Único de Saúde, não é só a promoção de saúde. Infelizmente a gente não alcançou esse nível de saúde ainda.

Criar fluxo rápido. Aí aqui são só ideias, a gente só discute, por favor, não nos interpretem, é só uma ideia. Criar fluxo rápido, alguma coisa na Policlínica Osvaldo Cruz, por exemplo, ambulatório especializado com fluxo mais rápido que as pessoas consigam consulta um pouco mais rápido do que o que a gente tem percebido. Nas UPAS, nos casos de urgência, as pessoas, para onde eu vou levar a pessoa que tentou suicídio? É sempre para o João Paulo, quer dizer, será que não tem condições da UPA fazer esse atendimento? Para o que tentaram ou os que estão na eminência de tentar aquele caso agudo e m que a pessoa não pode nem ser deixada sozinha porque ela vai tentar se for deixada sozinha.

O CREPAD também, porque a gente sabe que muitas tentativas do suicídio vêm da associação entre transtornos mentais, sofrimento psíquico e o uso de drogas, de álcool e de outras drogas. Isso acontece muito. Então, envolver o CREPAD, em possibilitar via CREPAD essa porta de entrada também pode nos ajudar criando o fluxo rápido lá.

E na pósvenção que é aquilo que se faz depois, então, é preciso discutir também. O objetivo da pósvenção é trazer alívio dos efeitos relacionados com o sofrimento e a perda, prevenir o aparecimento de reações adversas e complicações do luto; minimizar o risco de comportamento suicidas nos enlutados, promover resistência, enfrentamento nos sobreviventes. Então, a situação de pósvenção, as medidas de pósvenção são extremamente necessárias para situação que Porto Velho tem vivido, nós precisamos pensar essas medidas e colocá-las em prática mais depressa possível.

Em relação as tentativas entre 8 a 15 pessoas impactadas entram imediatamente para o grupo de risco. Uma família que sofreu uma perda por morte autoprovocada ela está, deve ser tratada como família em risco. É preciso medidas de pósvenção imediatas e contínuas.

Então, os grupos itinerantes nas escolas voltam aqui como proposta também na pósvenção. Grupo de Apoio aos Sobreviventes, nas unidades de Saúde, pode ter, nas escolas.

Implantação de mais leitos psicossociais também nos hospitais gerais, pode se pensar nisso também uma proposta na pósvenção.

Aqui tem um exemplo do que acontece lá em Campinas, eu gosto muito da situação de Campinas em relação, Campinas/São Paulo, em relação ao suicídio, eles têm um trabalho muito bacana de acompanhamento por telefone das pessoas que receberam alta, tentaram suicídio, sobreviveram e recebem alta e ficam sendo acompanhadas por telefone.

Essas aqui estão, aqui estão as nossas contribuições a NAVIPORTO OBSAT para discussão e apreciação por parte de toda a sociedade rondoniense sempre com o objetivo de contribuir e chegarmos ao melhor termo. Obrigada, até logo.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Obrigado Professora Wilma Ferreira, pela grande palestra e esclarecimentos para todos nós, é de muita riqueza para todos.

Quero registrar aqui a presença da senhora Itacy Alves Ferreira, Coordenadora da Rede Municipal de Violência contra Criança e Adolescente.

Chamo o Pastor George Pinheiro, da Igreja Metodista Wesleyana para 03 minutos de fala.

O SR. GEORGE PINHEIRO – Eu quero dar um bom dia especial a todos os presentes. Agradecer, cumprimentar à Mesa, através do Deputado Ailton Gurgacz e dos demais integrantes; agradecer o convite por estar aqui e o meu pensamento nessa manhã de contribuição a esse trabalho muito bonito que está

sendo realizado, eu tenho acompanhado desde o início do mês de setembro e tenho observado o crescimento e o avanço dessa conscientização na prevenção do suicídio ou morte autoprovocada e uma das coisas que tem me levado a pensar muito sobre isso é ter o cuidado de falar sobre morte, que morte além de ser um tema misterioso é doloroso para todos nós porque além de dividir as opiniões sociais e religiosas é um tema muito particular e individual de cada um de nós, e que a gente acaba tendo esse receio de tocar no assunto, de falar sobre morte. E quando vamos falar sobre suicídio, morte autoprovocada, se torna mais doloroso ainda para uma sociedade, um tema que ainda é obscuro bem abstrato, e quando nós temos pessoas próximas de nós que cometeram o ato, falar sobre isso se torna muito doloroso. Mas a conscientização, eu acredito que seja de grande valorização para a sociedade, para nós como seres humanos de ajudar uns aos outros. E o que eu tenho observado nessa minha caminhada durante este mês de Setembro, é que o avanço dessa conscientização tem sido muito positivo, e alguns pontos que se tornam abstratos ao tocar, ao se tornar relevantes nessa conscientização, eu acredito que utilizando a fala da Vereadora Joelma, que disse quando nas igrejas, não deveriam estar assim, na verdade esse tema é um tema que eu acho que deveria sim falar nas igrejas, acredito que até quando a senhora Janilda, colocou sobre o pacto de cooperação, as igrejas sejam inseridas nesse pacto de cooperação, porque é uma porta de entrada de pessoas com dificuldades emocionais além de espirituais. Então, que a igreja seja inserida nesse pacto de cooperação, que os líderes religiosos sejam inseridos nesse pacto de conscientização, que nem tudo o que nós aprendemos na teologia traz explicações sobre o suicídio, porque a bíblia em si mesmo, fala muito pouco sobre o suicídio, e então, torna-se um tema abstrato dentro da própria teologia onde os líderes religiosos devem sim buscar conhecer e saber lidar com o tema do suicídio e as causas que contribuem para que esse ato aconteça na vida de uma pessoa, porque nós só falamos do suicídio quando acontece, e as tentativas muitas vezes elas se tornam obscuras realmente porque muitas tentativas não entram nem na estatística, não entram nas estatísticas, porque a gente tem a tentativa como apenas um momento de crise emocional e já passou, a pessoa superou, está bem, esquece-se da estatística que a própria OMS retrata de que 70% dos casos de tentativas vão ser repetidas e quantas repetições muitas vezes vão chegar ao resultado. Então, que a gente possa olhar para as tentativas com um olhar mais conscientizador, que não seja visto apenas falando do lado da religião, apenas como um ato demoníaco ou superável com uma oração, mas que seja acompanhada as tentativas com amor, com cuidado, porque somente quem convive com tentativas sabe a dor que é quando chega o resultado que poderia ter sido evitado. Então, a minha palavra nesse momento de apoio a esse movimento, apoio ao trabalho que está sendo feito, e gostaria muito de poder contribuir de forma a ver esse trabalho crescer. Parabéns a iniciativa Deputado Ailton, parabéns pela iniciativa dos demais núcleos que tem trabalhado nessa conscientização, e a minha palavra de dor ainda nesse momento é que cheguemos a resultados bem mais positivos daquilo que está se propondo, certo, meu coração nessa causa. Que Deus abençoe.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Obrigado Pastor pelas suas colocações. Chamamos a senhora Rafaela Baratto Prestes, Psicóloga, representando a Superintendência Estadual de Políticas Sobre Drogas.

A SRA. RAFAELA BARATTO PRESTES – Bom dia a todos! Cumprimento a Mesa, o Plenário. Então, já foi dito bastante nas palestras, eu achei as informações bem completas que a senhora Wilma, trouxe e o senhor Geovani. E eu vim aqui representando a Superintendência de Políticas Sobre Drogas Estadual, certo? E como todos devem saber o número de suicídios tem uma relação muito estreita com o uso indevido de álcool e outras drogas, e o número de suicídios no Brasil, esse dado já foi trazido em algumas das falas, mas eu vou falar novamente, ele aumentou 10% nos últimos doze anos, de acordo com o Ministério da Saúde, na faixa etária entre 15 a 29 anos. O Sociólogo Julio Jacobo, ele criou um chamado Mapa da Violência do Brasil, e nesse mapa, ele colocou também o número de suicídio de acordo com os Estados. E um caso interessante que nos Estados do Mato Grosso do Sul e Amazonas o número cresce ainda mais, esse número é ainda maior. E isso tem relação com os indígenas que por sua vez eles estão tendo casos crescentes de alcoolismo e de uso de drogas entre as tribos indígenas. E foi dito também em Guajará-Mirim que o número aumentou muito nos últimos tempos e isso também tem uma relação por ser uma área fronteira e o crescente uso e consumo da cocaína e de seus derivados, principalmente do crack, os dependentes químicos, os usuários de álcool e outras drogas eles em determinado ponto desse uso, eles perdem a auto consciência de si, do cuidado do corpo, muitas vezes eles não premeditam o suicídio, mas eles se matam naquela situação dentro do uso, durante o uso da droga. E isso a gente vê muito lá na SEPOAD, lá no CREPAD muitas vezes a pessoa não está pensando; ah vou me matar. Ela não está pensando assim, mas ela usa tanto, tanto que isso acaba acontecendo. Então isso é um fator de risco eminente. E o que se deve fazer diante essa situação? Você deve aumentar os fatores de proteção, os fatores de prevenção ao uso de drogas, ao uso de álcool como foi dito a imprensa muitas vezes ela não ajuda, a mídia não ajuda por que ela glamouriza tudo isso, o uso de bebida alcoólica principalmente e a bebida alcoólica é a porta de entrada de todas as outras drogas. Aí mostra lá todo mundo se divertindo, e tudo mais, só que a linha que separa a diversão e a dependência ela é muito fina, ela é muito estreita. Trabalhar com isso é muito complicado, trabalhar com a prevenção é muito complicado, a gente não deve nem falar muito do uso em si, e sim fortalecer o que tem de proteção no próprio ambiente, principalmente no ambiente escolar. O trabalho de prevenção tanto ao suicídio quanto ao uso de drogas ele é muito parecido, por que você não vai chegar falando dos casos em si, se não pode gerar chamado efeito werther como o Giovanni falou. O efeito werther o que é? É você falar tanto sobre aquilo que acaba estimulando, acaba dando a entender num outro viés, você não deve tratar assim, não deve ser abordado assim, deve ser abordado com muita delicadeza. Falando mais o que tem de bom, das potencialidades locais, da potencialidade dos indivíduos e assim que se trabalha a prevenção do uso de drogas e também a do suicídio. Utilizando as potencialidades locais, tanto a escola, da comunidade, da religiosidade, do esporte, utilizando o que já se tem ali como fator de proteção. Bom, e é isso, agradeço a oportunidade. E muito obrigado.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Obrigado Rafaela por ter também colaborado conosco. Chamo o Cristiano de Paula, psicólogo do Tribunal de Justiça e voluntário do Núcleo de Apoio a Vida, NAVIPORTO, por 3 minutos.

O SR. CRISTIANO DE PAULA – Bom dia, gostaria de agradecer imensamente ao deputado, acho importantíssima essa Audiência para que possamos ampliar essas discussões; vereadora Joelma que tem nos acompanhado no NAVIPORTO também. Eu vou falar brevemente como psicólogo do Tribunal de Justiça trabalhando com vítimas de violência doméstica, e homens que estão em processo e uso abusivo de álcool e outras drogas, o quanto isso toca nessas questões. Falo também como psicólogo clínico, acompanhando casos de pacientes com ideações suicidas e como voluntário do NAVIPORTO, trabalhando com alunos e professores em situação de comportamento suicida. O que eu gostaria de destacar na minha fala? Nós fomos convidados, eu e a Bel a realizar uma palestra, uma conversa numa escola pública estadual aqui de Porto Velho e chegando lá nós encontramos a seguinte situação; alunos de 13 a 15 anos estavam cometendo automutilação, eles estavam se cortando, isso foi ano passado e na nossa fala, nós falamos sobre a vida, sobre a importância do cuidado e a gente não fez muito esforço não, a gente só foi conversar com os alunos. Só esse efeito de conversa com os alunos fez com que os alunos se organizassem, se reunissem e solicitasse de nós, após a nossa palestra, o acompanhamento psicológico. Eu como psicólogo acabei absorvendo essa demanda, são 7 alunos, eles estão em processo terapêutico comigo, eu estou atendendo de maneira voluntária e depois o surgimento do NAVIPORTO isso fortaleceu o surgimento do NAVIPORTO também, porque agregou uma série de pessoas com essas ideias afins. Por que estou trazendo isso? Porque uma das falas que é a fala da Cleyane trouxe isso para discussão, nós estamos enquanto Estado ainda muito pouco articulados, nós estamos sem os psicólogos nas escolas e as escolas estão tendo que lidar com voluntário, isso não é o ideal. A Wilma colocou na fala dela a importância do voluntariado como uma porta de acesso e depois de encaminhamento, mas a gente está recebendo essa demanda de maneira voluntária e não estamos para quem encaminhar. O NAVIPORTO está absorvendo uma demanda que deveria encaminhar, mas a gente não tem para onde encaminhar, não há lugar para ser encaminhado, a demanda do CAPS está além do que é possível neste momento, as escolas clínicas das faculdades de psicologia também não tem mais condições de absorver essa demanda, então isso é um alerta e é por isso a importância dessa discussão e do cuidado que a gente tem que ter com as nossas crianças e adolescentes, sobretudo num período, numa faixa etária de alta produção, quando a gente pensa em orçamento eu estou pensando também na garantia de que essas pessoas vão produzir, vão ser pessoas de produção no Estado e a gente está tirando essas pessoas num período de alta produção e evitando que a gente tenha pessoas produzindo para o Estado também, então não se trata de gasto, se trata de investimento. Obrigado, deputado.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Obrigado pela sua fala. Agora o Edson Luis da Silva, psicopedagogo, Secretário Geral do SINTEC, por 03 minutos.

O SR. EDSON LUIS DA SILVA - Bom dia a todos e a todas, na pessoa do Deputado Airton Gurgacz cumprimento a Mesa e os demais presentes. Como todo mundo já falou quase tudo aqui em relação ao tema, eu gostaria de trazer uma discussão, uma abordagem no que se refere a nossa sociedade, em termos coletivos. Nós somos uma sociedade que acolhe ou nós somos uma sociedade que exclui? Por exemplo, quando nós temos o crescimento de suicídio entre jovens especificamente

entre os indígenas o que é que isso tem a ver com ameaças a reservas indígenas? O que é que isso tem a ver com as políticas públicas de desmatamento da Amazônia? Então tudo isso é uma abordagem coletiva da qual a gente não pode se furtar, a gente não pode apontar o problema do suicídio como sendo especificamente ou exclusivamente individual porque nós somos seres de relação, nós vivemos numa relação com a gente mesmo, numa relação com o outro, numa relação com o coletivo e numa relação com a biosfera. A cada dia quando a gente amanhece e a gente olha o horizonte cheio de fumaça vocês acham que isso é motivo de alegria, de satisfação para viver ou é motivo para quem já está deprimido declinar mais ainda? Porque até eu que hoje até onde eu saiba não me encontro com nenhum problema desse tipo quando amanhece o dia que eu olho o horizonte cheio de fumaça isso me entristece enormemente, e onde estão as políticas públicas? Então eu volto a perguntar, nós somos uma sociedade que está acolhendo o indígena? Nós somos uma sociedade que está acolhendo a floresta, que está acolhendo a Amazônia? Nós estamos acolhendo uns aos outros? Aí nós seguimos assim, a questão do jovem, a questão do Bullying escolar, então vocês me permitam trazer uma proposição na seguinte medida, as entidades religiosas são importantes no debate, na discussão, mas desde que elas tenham uma posição de acolhimento, porque é diferente eu acolher você a partir daquilo que eu vejo, que eu percebo por trás dos seus olhos, outra coisa é eu chegar a partir dos meus valores e te rotular e te enquadrar. O que nós temos de vivenciado na Comissão de Direitos Humanos nos últimos anos são segmentos religiosos rotulando, promovendo a expansão, o aumento do preconceito, da exclusão, então como que esse jovem que se sente, que age, que se manifesta diferentemente por uma questão de gênero como ele se sente? Ele se sente acolhido ou ele se sente não acolhido? Os segmentos religiosos são mais importantes o acolhimento do ser, do indivíduo ou a aplicação de regras independente de questionamento? Então se o motivo principal é o acolhimento esse acolhimento deve ir além da questão religiosa, eu não posso chegar para acolher o outro impondo ao outro o meu crivo religioso porque isso é exclusão e isso só aprofunda a tendência de suicídio. Outro ponto que eu gostaria de colocar é que os CAPS e as assistências públicas psicológicas são pontuais, elas não têm uma continuidade nesse tratamento e essa falta de continuidade abre espaços e vazios enormes para o suicídio. Aí a gente vai ter assim, nesse congelamento do orçamento do Governo Temer nós tivemos uma diminuição do investimento de saúde do ano passado para cá na ordem de 18%, tivemos uma diminuição no orçamento para a saúde na ordem de 12%, tivemos uma diminuição do orçamento de segurança pública na ordem de 27% e disso não tem nada a ver o número do suicídio. A reforma trabalhista que está em vigor aí, quando pai e a mãe de famílias chega em casa e tem certeza que o seu trabalho está ameaçado, isso é motivo de contentamento ou é motivo de depressão e de tristeza? Quando a família tem que vender suas horas de trabalho e consequentemente terá menos tempo com as suas famílias. Nós teremos uma família mais presente ou mais ausente? Então quem é que nós temos? O que é que as políticas públicas têm a ver com tudo isso? Esta é a pergunta que nós temos. Então nós temos uma reforma trabalhista que ataca diretamente o cidadão e a cidadã. Nós temos uma instabilidade financeira decorrente disso. Temos, hoje inclusive, ameaça aos concursados, temos inclusive hoje, vivemos um período de ausência de referenciais éticos no país que os jovens podem seguir? Me aponte um? Quais são os segmentos? Hoje nós te-

mos os idosos, as pessoas que estão se encaminhando para a aposentadoria sem a menor certeza de se vão se aposentar. E isso é motivo de quê? Isso é motivo de contentamento ou é motivo de tristeza? Então estes assuntos do suicídio eles necessariamente eles passam pela questão coletiva, se a gente não considera que as políticas públicas podem ser fonte de vida, mas também, podem ser fonte de genocídios. E hoje nós vivemos uma expansão de políticas públicas suicidas, fomentadoras de genocídio. Obrigado. Bom dia.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Obrigado Doutor Edson aí, foi muito boa sua explanação. Pena que o tempo foi curto. Sabemos que o senhor tem muito conhecimento.

Passo a palavra ao Amaral, dois minutos, Amaralzinho, para nós procedermos aí os nossos encaminhamentos.

O SR. DANIEL AMARAL LIMA – Bom dia novamente. Eu pedi dois minutos só para fazer uma intervenção na fala da Vilma. Que ela colocou lá, fico muito feliz quando coloca apoiar saúde mental. Mas dentro das propostas eu acho que como foi pensado coletivamente deveria incluir a discussão da morte provocada a política de saúde do homem, da mulher, da criança, do idoso, do indígena e saúde mental. Aí a gente pensaria qual seria a metodologia que seria utilizada, ou uso da temática de valorização da vida, a gente muda a questão da morte autoprovocada, mas que tem que ficar claro que todos os programas de saúde têm que envolver. Porque, por exemplo, aqui nós não falamos em suicídio em menores de 12 anos e tem toda uma discussão de que a criança não comete suicídio, ela tenta se matar, que é diferente do suicídio. Porque a criança não tem noção de que a vida dela vai se extinguir, ela ainda acredita em uma reversibilidade. Do jeito que ela amassa um papel ela pode desamassar. Do jeito que ela morre ela pode desmorrer. Então assim a gente poderia pensar isso na saúde da criança. Então cada segmento a gente vai ter uma questão.

E a segunda ordem é que nós temos que entender que nós vivemos em um estado que ele é campo e cidade. Então o agricultor ele tem muito acesso ao defensivo agrícola, então tem que ser pensado, inclusive, em uma campanha, porque no meio urbano a gente pode estar falando em força, em atropelamento e no interior a gente pode estar falando em envenenamento que não entra como estatística de suicídio. A pessoa foi um acidente de trabalho, vamos colocar. Esta foi a minha contribuição. Eu acho que matei em menos de dois minutos.

O SR. AIRTON GURGACZ (Presidente) – Obrigado Amaral. Eu quero aqui agradecer a presença de todas as autoridades, de toda a colaboração de todos no nosso evento de hoje. E dizer aos senhores que está tudo gravado aqui, e que nós precisamos dar encaminhamento as falas aqui que nós fizemos, inclusive está tudo gravado aqui na Assembleia Legislativa de Rondônia. E que a gente pode também pedir alguma gravação e tentar junto com a Vilma, com todos os senhores aqui, eu acho que nós precisamos nos unir para falar. O público, claro, que sempre é pequeno, porque é um tema que ninguém quer falar, ninguém gosta. Mas a gente precisa discutir e trabalhar isso. Nós vimos em nível nacional, já no mês de setembro várias televisões, a mídia, falando do suicídio, da morte autoprovocada. Então nós precisamos buscar tudo isso

para que a gente possa realmente trabalhar e diminuir. Se nós não começarmos a trabalhar mesmo que seja com pouca gente, mas está cheio dos espíritos aqui que nós não podemos ver. Então a gente fica feliz com toda esta disposição dos senhores de estar aqui em uma segunda-feira nos ajudando, ajudando a combater este trabalho. E nós queríamos, também, propor aqui a todos os senhores, marcar uma audiência aí com o Secretário da Educação, não sei quando, a gente vai tentar uma audiência com ele, e marcar para que a gente possa começar a discutir este plano que vai ser implantado. Eu não sei como é que está lá este trabalho dentro da Secretaria de Educação e outras secretarias, porque eles não vieram, nós chamamos os secretários, chamamos o Secretário da SEAS, chamamos o Secretário da Educação e não nos prestigiaram. Mas tudo bem, quem perdeu foram eles, porque aqui nós aprendemos muito ouvimos muita coisa sobre a questão. É uma questão claro que difícil, mas a gente tem que falar. Então eu quero aqui em nome da Assembleia Legislativa, em nome de todos os deputados, em nome da nossa comissão de Defesa da Criança do Adolescente, da Mulher e do Idoso agradecer a todos vocês; os funcionários desta Casa que estão aqui conosco trabalhando e também a toda imprensa aqui veio para prestigiar este evento.

Então invoco a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro encerrada esta audiência pública. Muito obrigado a todos por estarem aqui. Um abraço. Bom dia.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 11h46min).

**52ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 19 de Setembro de 2017

**Presidência do Sr.
LEBRÃO - 1º Secretário**

**Secretariado pelo Sr.
AIRTON GURGACZ - Deputado**

(Às 18 horas e 03 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (PRB), Airtón Gurgacz (PDT), Anderson do Singeperon (PV), Dr. Neidson (PMN), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PMDB), Ribamar Araújo (PR) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Cleiton Roque (PSB), Jean Oliveira (PMDB), Leo Moraes (PTB), Marcelino Tenório (PRP), Rosângela Donadon (PMDB) e Só Na Bença (PMDB).

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 52ª Sessão Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura.

Solicito ao senhor Secretário proceder a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Solicito a dispensa da leitura da Ata, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Está dispensada a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior e determino a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Passamos a Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário proceder a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 175/17 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 198. Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 868, de 12 de abril de 2016, que “altera a Lei Complementar nº 748, de 16 de dezembro de 2013, cria as carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Analista em Tecnologia da Informação e Técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação”.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar 175/17 do Poder Executivo/Mensagem 198. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airtón Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Anderson do Singeperon	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputado Geraldo da Rondônia	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- ausente

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Com 17 votos favoráveis está aprovado o Projeto de Lei Complementar 175/17. Vai ao Expediente.

Próxima matéria Sr. Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI 695/17 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Dispõe sobre a realização da cirurgia plástica reconstrutiva de mama

pelas unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, na situação que menciona.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 695/17 do Deputado Maurão de Carvalho. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário hoc) – PROJETO DE LEI 752/17 DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Socioeducativos e Sistema Penitenciário de Ariquemes e Região.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 752/17 do Deputado Anderson do Singeperon. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário hoc) – PROJETO DE LEI 757/17 DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA. Declara de utilidade pública a Associação de Ensino Musical e Artístico – PreparARTE, com sede no Município de Rolim de Moura.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 757/17 do Deputado Só Na Bença. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente. Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário hoc) – Encerrada as matérias, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Encerrada a ordem do Dia. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 20 de setembro no horário regimental às 9 horas. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 07 minutos).

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017/CPP/ALE/RO Processo Administrativo nº 9739/2017-21

A **Superintendência de Compras e Licitações – SCL**, através da Comissão Permanente de Pregão-CPP, designada por força do **ATO Nº 1438/2016-SRH/P/ALE**, torna público que a licitação supracitada tendo como finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA REGULAR DAS PORTAS DE VIDRO AUTOMÁTICAS E MANUAIS E PORTÕES MANUAIS E AUTOMÁTICOS, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE SERRALHERIA NOS PORTÕES**, foi declarada **DESERTA** por ausência de interessados.

Porto Velho – RO, 27 de setembro de 2017.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro da CPL/ALE/RO
Mat. 200163144